



## Trilhas de uma pedagogia radiofônica<sup>1</sup>

João Batista de Abreu<sup>2</sup>

Universidade Federal Fluminense

### RESUMO

A proposta deste artigo é convidar professores e pesquisadores de rádio a promover uma reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem das técnicas e linguagens audiovisuais, na busca de um equilíbrio entre a transmissão de conceitos que fundamentam a produção radiofônica e a necessidade de apresentar a evolução das linguagens e as alternativas que surgem a partir das inovações tecnológicas.

### PALAVRAS-CHAVE

Linguagem radiofônica, radiojornalismo, ensino, reflexão

“Ensinar é estimular os alunos a produzir seu conhecimento crítico. Não é possível ensinar sem produzir sonhos e utopias”.

Paulo Freire<sup>3</sup>

O processo de aprendizagem de conceito, linguagem e prática radiofônica enfrenta problemas na universidade por atuar numa trilha estreita entre a necessidade de conciliar a transmissão de conhecimentos e experiências sobre a produção e a busca por uma reflexão crítica de por que, como e a quem se dirige essa produção. A difícil conciliação acaba desembocando, muitas vezes, na falsa oposição entre teoria e prática, como se a universidade se dividisse, aristotelicamente, em dois blocos distintos: o dos produtores de conhecimento e os executores de tarefas.

Esse dualismo estéril costuma contaminar o ensino das técnicas jornalísticas na grande maioria das universidades brasileiras, sejam públicas ou particulares, laicas ou confessionais. No radiojornalismo não é diferente. Apesar do incremento da bibliografia, tanto na área técnica e de linguagem, quanto na etnografia e na história do veículo, o rádio convive com um certo preconceito por parte de setores do alto clero universitário,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Rádio e Mídia Sonora, Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista e professor associado do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Extraído de palestra proferida por Paulo Freire na Universidade de San Luiz, na Argentina, seis meses antes de morrer



que o enxergam mais como campo de estudos sociológicos e antropológicos, do que como espaço de criação e experimentação de linguagens audiovisuais.

Assim, antes de apresentar manuais de redação, técnicas de entrevista e recursos de edição, talvez seja mais indicado chamar a atenção para questões como a portabilidade do veículo, a oralidade e seus efeitos de sentido; os riscos da ironia; o conceito de redundância; os ruídos na emissão; as imagens mentais criadas pela narrativa e a paisagem sonora bem estruturada (a tela ampla do rádio que Orson Welles gostava de comparar com a televisão); a liberdade estética, que permite ao ouvinte idealizar o belo, de acordo com seus padrões culturais; o conceito de tempo psicológico, que ajuda a balizar a duração do programa, escolher uma vinheta de passagem ou o corte da sonora<sup>4</sup>, e o silêncio presente nas pausas, que às vezes falam tanto quanto o texto.

Outro item que necessita ser ressaltado em sala de aula diz respeito ao enorme potencial popular do rádio, que detém a maior credibilidade entre a população de baixa renda, tanto em entretenimento, como em prestação de serviços. Nunca é demais lembrar a característica do rádio-companheiro, numa sociedade cada vez mais globalizada em que as pessoas se sentem cada vez mais solitárias. Essas características num país de Terceiro Mundo, com 16 milhões de adultos e adolescentes analfabetos – equivalente a 9% da população brasileira<sup>5</sup> – e um percentual ainda maior de analfabetos funcionais, compõem um quadro crucial para o aproveitamento do rádio em projetos sociais e de educação. Daí a importância de formar profissionais capazes de entender a realidade heterogênea do País e com sensibilidade para participar de produções que atendam a esse público. Não seria nenhum absurdo dizer que, para fazer rádio com esse perfil, é importante ter conhecimentos de Psicologia Social e Antropologia, principalmente a noção de etnocentrismo. Porque uma palavra na hora errada pode ser mal interpretada e afastar o ouvinte.

Quando se analisa a forma como as pessoas ouvem rádio e as razões pelas quais o fazem, descobre-se que estas são na realidade ambivalentes e mais complexas do que parece à primeira vista. Nem toda relação do ouvinte com o rádio se apóia em atitudes tão triviais, de mera procura de prazer e facilidade. Para o ouvinte, a rádio é também uma companhia, uma presença em sua vida, com a qual estabelece relações que correspondem a necessidades culturais e a motivações psicológicas profundas. (KAPLUN, 1978, págs 67-68)

---

<sup>4</sup> Ou gravação, como insiste nosso veterano coordenador de NP.

<sup>5</sup> Dados extraídos do Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional (INAF), a partir da matéria “Um em cada 4 brasileiros consegue compreender o texto que lê”, UOL de 30/9/2004. De acordo com a matéria, apenas 26% da população com mais de 15 anos têm domínio plena das habilidades de leitura e escrita.



Por ser formador de opinião, como lembra Mário Kaplun, essa caixinha de mensagem tem efeito multiplicador. Quando um ouvinte repassa para um familiar, amigo ou colega de trabalho uma informação que ele ouviu no rádio, ele amplia e credencia o valor da mensagem. Como grande parte dos estudantes universitários ainda provém de camadas médias, em que o acesso a meios sofisticados de informação costuma ser comum, muitos deles desconhecem esses aspectos.

O ensino de rádio enfrenta ainda um problema adicional, que tende a se intensificar com a proliferação de suportes sonoros individuais como os MP 4 e *Podcast*. Suportes que permitem a seleção musical, transformando o ouvinte ao mesmo tempo em produtor e simulacro de público-alvo. De certa forma, essa individualização da audição remete aos tempos das rádios sociedades, formadas por grupos seletos de aficionados pela maravilha modernista. O conceito de público-alvo surge bem depois.

O risco maior é se esses jovens, hoje embevecidos com a pós-modernidade que faz a apologia do individualismo (ao contrário dos tempos modernistas), esquecerem de que a comunicação se estabelece na relação com o outro e se consolida quando o horizonte se amplia. Mas para isso é importante conhecer o outro, aquele que está além das grades dos condomínios. É preciso ensinar, portanto, a falar para o diferente, com uma linguagem e um padrão cultural que aproxime produtor e receptor.

Este artigo pretende traçar um pequeno painel sobre as práticas de ensino no rádio, mais precisamente o radiojornalismo, convidando os caros leitores a repartir uma reflexão sobre os caminhos que a pedagogia radiofônica (a expressão é pretensiosa mesmo) deve percorrer para encontrar o equilíbrio entre tratar dos conceitos teóricos que a radiodifusão toma emprestado no cotidiano, o conhecimento da evolução das linguagens e da relação com o público-alvo e as alternativas que surgem com as inovações tecnológicas.

O arcabouço teórico-metodológico fundamenta-se nos ensinamentos pedagógicos de Paulo Freire, que propõe a efetivação do processo de alfabetização a partir da realidade concreta do aluno. A estratégia, com algumas adaptações, pode inspirar o ensino das técnicas e linguagens audiovisuais.

“Escrita e lida, a palavra é como se fosse um amuleto, algo justaposto ao homem que não a diz, mas simplesmente a repete. Palavra quase sempre sem relação com o mundo e com as coisas que o nomeia (...) As cartilhas, que boas que sejam, do ponto de vista metodológico ou sociológico, não podem escapar, porém, a uma espécie de pecado original, enquanto são o instrumento através do qual se vão depositando as palavras do educador, como também seus textos, nos alfabetizando. E por limitar-lhes o poder de



expressão, de criatividade, são instrumentos domesticadores. (...) Na perspectiva crítica, é importante desenvolver, nos educandos como no educador, um pensar certo sobre a realidade. E isto não se faz através de blá-blá-blá, mas do respeito à unidade entre prática e teoria. (...) O que se deve opor à prática não é a teoria, de que é inseparável, mas o blá-blá-blá ou o falso pensar. Assim como não é possível identificar teoria com verbalismo, tampouco o é identificar prática com ativismo. Ao verbalismo falta a ação; ao ativismo, a reflexão crítica sobre a ação.” (FREIRE, 1977, págs 13 a 17)

A metodologia apóia-se nos conceitos de Mário Kaplun, um dos pioneiros na arte de extrair do meio radiofônico seu potencial transformador, produzindo e escrevendo programas que levavam o ouvinte a refletir sobre sua realidade. Como roteirista do bem sucedido programa **Jurado 13**<sup>6</sup>, Kaplun provou que é possível recorrer a um formato simples para prender a atenção do ouvinte e alertá-lo para questões sociais do seu cotidiano. Cada episódio apresentava uma história polêmica na área de saúde, educação ou comportamento e, ao final, os ouvintes eram convidados a escolher a melhor alternativa para o desfecho do programa, seguido de um debate. Uma espécie de **Você decide** com conteúdo social. Assim, por exemplo, podia-se contar a história hipotética de uma pessoa que levava o filho doente a um hospital, deparava-se com uma fila imensa na porta e com a possibilidade de comprar um lugar na fila, o que poderia ser visto como atitude antiética.

Outro inspirador desse texto desprezioso é o radioator e roteirista Walter Alves, cujas aulas no curso de especialização para professores, no Ciespal, no Equador, organizado pela Radio Netherland Training Centre (RNTC)<sup>7</sup>, me abriram olhos e ouvidos para o imenso potencial criativo do rádio.

“O rádio, além de transmitir mensagens úteis e necessárias, motivar a organização de cooperativas, sindicatos e associações, denunciar a exploração, deve desenvolver os sentidos de percepção de uma pessoa para alimentar sua autoconsciência e, em última instância, melhorar sua inteligência e capacidade para julgar independentemente por si mesma. Só através da educação estética pode-se conseguir algo duradouro”. (ALVES, 1982, pág 95)

Peço desculpas aos leitores por escrever na primeira pessoa a partir daqui, o que pode soar egocêntrico e pouco usual na academia. Digo em minha defesa que a locução radiofônica nasceu na primeira pessoa do singular e, mais tarde, para se popularizar,

---

<sup>6</sup> **Jurado 13** fez sucesso nos anos 70 em emissoras de rádio de diversos países da América Latina, entre eles Colômbia e Venezuela. O nome provinha dos 12 jurados de um julgamento, indicando que o 13º era o ouvinte.

<sup>7</sup> Fiz o curso do Ciespal/ RNTC de julho a setembro de 1984, em Quito, junto com a colega e amiga Doris Fagundes Hausen.



migrou para a primeira pessoa do plural com o inesquecível “amigos, ouvintes”. Hoje o rádio conjuga a terceira e a primeira pessoa do singular, dependendo da proposta de relacionamento entre o comunicador e o ouvinte. Quanto mais popular é o veículo, mais intenso se torna o uso da primeira pessoa. Na primeira pessoa fica mais fácil navegar por sonhos e utopias e, assim, seguir os conselhos do mestre Paulo Freire.

### **Flash back**

O ano em que comecei a ensinar radiojornalismo (1980) coincide, curiosamente, com a minha primeira saída da *Rádio Jornal do Brasil*. O paradoxo deste artigo começa aqui. Assim como dezenas de professores universitários, passei a transmitir minha experiência no ano em que me afastei pela primeira vez da redação. Temos aqui uma questão fundamental. No ensino das chamadas áreas técnicas, as transformações se atropelam, como se as mudanças fossem mais rápidas do que a própria produção.

A evolução tecnológica impõe alterações no processo de produção e, em consequência, a necessidade de uma constante atualização, sem a qual o professor corre o risco de, em pouco tempo, dar aulas sobre a história do jornalismo, descambando para depoimentos pessoais, que podem até impressionar e massagear o ego, mas, mesmo que relevantes, nem sempre são satisfatórios para o aprendizado das linguagens e técnicas do radiojornalismo. Mas é preciso igualmente compreender que há conceitos em relação ao meio radiofônico e à linguagem que permanecem imutáveis apesar das inovações tecnológicas.

A constatação nos remete à outra questão polêmica: a diferença entre ser (um bom) jornalista e (um bom) professor de jornalismo. Nem sempre um significa a extensão do outro. Obviamente que também não o contrário. Muitos professores e jornalistas já viveram a experiência de receberem convites para palestras em escolas de Comunicação e assemelham-se lá consagrados. Se um convidado vencer a inibição inicial, as chances de se sair bem são grandes, porque os alunos tendem a idolatrar o mercado e enxergar naquele palestrante um profissional bem sucedido que deve servir de espelho. Meia dúzia de histórias pitorescas sobre a profissão, duas ou três críticas ao mercado e uma condenação ao excesso de teoria da universidade e o palestrante candidata-se a deixar o auditório carregado nos ombros dos estudantes.

O problema é quando ele assume o compromisso de dar aulas duas vezes por semana, durante 90 minutos, para aquela mesma platéia. Montar um plano de curso, um



plano de aula, definir o processo de avaliação, indicar bibliografia, cobrar frequência. Aí o bicho pega. Aquele brilhantismo inicial cede lugar a uma repetição (não existe processo de educação sem repetição, ensinam os mestres da pedagogia) e a um *deja-vu*, que quebra o encanto inicial e obriga muitas vezes o profissional a desistir da sala de aula ao fim do primeiro semestre. Sem falar, é claro, do salário, geralmente pouco convidativo.

Outro grande empecilho diz respeito à massificação do ensino superior, o que, vale dizer, é confundido muitas vezes com democratização do ensino, embora sejam conceitos bastante diferentes. Muniz Sodré, professor de Comunicação e Jornalismo há 40 anos, alerta para o risco de se submeter o processo educacional à necessidade de formar profissionais para o mercado.

“No ensino massificado, a necessidade de formar profissionais para o mercado de trabalho domina de tal maneira o processo educacional que este termina sendo assimilado ao processo produtivo em geral: fabricação em série de profissionais (como se fossem meros produtos); conjunto de técnicas de resolução de problemas (em detrimento da pesquisa originária); reprodução de estereótipos científicos; substituição do sentido crítico mais amplo por fins utilitários imediatos. Em suma, dá-se uma degradação da formação educativa – que tradicionalmente pressupõe uma ética social partilhada por agentes pedagógicos no nível da escola e da família – em face do poder da Informação que, no âmbito escolar, se define como “instrução” ou “adestramento”. (Muniz Sodré, A irradiação da adolescência, in O Social Irradiado, pag 80)<sup>89</sup>

A crítica à massificação oferece como corolário o excesso de cientificismo. Aquele em que o professor despeja conhecimentos diante de uma platéia que oscila entre a apatia e o embevecimento *rybarbosiano*, no melhor estilo “*Não sei do que ele está falando, mas como é difícil de entender deve ser importante*”.

Para o professor, a estratégia apresenta a vantagem aparente de criar um abismo entre o mestre – detentor absoluto do conhecimento – e o aluno, palavra em que a etimologia já prenuncia o preconceito. Aluno significa “sem luz”. Se esse abismo se perpetua, a tendência é inviabilizar a comunicação devido à baixa taxa de redundância do discurso. Não há troca de experiência, nem de conhecimento.

Quando não existe vinculação entre o que se ensina e sua aplicação futura – nem como profissional, nem como cidadão – temos um discurso vazio. O conhecimento restringe-se à mera cultura livresca, que formará mais um bacharel no país, incapaz de di-

---

<sup>8</sup> Muniz Sodré, A irradiação da adolescência, in O Social Irradiado, pag 80<sup>8</sup>



gitar num computador ou de engraxar os próprios sapatos. Cumprem fielmente o papel definido por Gramsci como intelectuais orgânicos ao manter o status da classe hegemônica, sem permitir que a educação se transforme em mola apara ascensão social.

O excesso de cultura livresca faz lembrar a metáfora do funcionário público da China medieval. O concurso para admissão como funcionário do Estado exigia o conhecimento de todos os ideogramas do alfabeto mandarim. Ora, como são centenas, somente os filhos da nobreza dispunham de tempo para estudar ao longo de anos todas estas nuances. Resultado: eles eram aprovados no concurso e, assim, perpetuavam a hegemonia da oligarquia. Tudo dentro da maior lisura, com concurso público e tudo.

### **Entre o tempo e o espaço**

Um dos primeiros obstáculos para o professor hoje é constatar o fato de que cada vez menos os estudantes de Jornalismo cultivam o hábito de ouvir rádio. E quando escutam, a maioria só se interessa por música ou futebol. Podemos chamar esse comportamento de “ditadura do Jornal Nacional”. É difícil convencer um aluno de que ele não se vai tornar jornalista dedicando apenas quatro horas por dia a uma escola de Comunicação e assistindo ao noticiário da televisão aberta. Os exemplos que surgem em aula são quase todos extraídos da TV, do penteado da apresentadora ao erro do repórter, passando pela criatividade da passagem ou a opinião ácida presente na sonora, tudo tem como fonte a TV.

Os poucos alunos que ouvem rádio, principalmente os originários de camadas médias, o fazem no carro. Limitam-se a ouvir música nas emissoras FM, onde na maioria das vezes – com as exceções de praxe – a notícia entra como mera obrigação legal, aqueles 5% de programação dedicados a noticiosos, como determina o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Recentemente, ao tomar um táxi no centro do Rio, o motorista sintonizava a Rádio Antena Um/ FM, que tocava rock e baladas norte-americanas. Quando entrou o noticiário, ele rapidamente mudou de estação. Sintonizou em outra que anunciou uma entrevista com o cantor pop-sertanejo Leandro. As perguntas eram do tipo: “Que tipo de mulher você prefere? A que grita muito na cama ou a quietinha?” “Você gosta de mulher de silicone?” “Qual é o seu prato preferido?” Na visão da emissora, esta entrevista ocuparia o espaço jornalístico, o que revela o grau de seriedade com que certas emissoras cumprem a lei de radiodifusão em nosso país.



Uma preocupação essencial no ensino de radiojornalismo diz respeito à necessidade de mostrar as especificidades da linguagem dos meios audiovisuais. Na maioria das vezes o currículo dos cursos de Comunicação Social começa com disciplinas de jornalismo impresso para só depois entrar no jornalismo de rádio e TV. Assim, alertar para a diferença entre o texto para ser lido e o texto para ser ouvido, evitando orações intercaladas, excesso de percentuais e cacófatos, deve ser um cuidado básico do professor. Outro aspecto relevante é a passagem do parâmetro espacial, próprio do jornalismo impresso, para o parâmetro temporal, do jornalismo audiovisual.

É preciso desde cedo ensinar que uma linha de 70 toques corresponde em média a 5 segundos de leitura e que uma lauda de 12 linhas equivale a 1 minuto. Na edição das sonoras e dos programas, quaisquer que sejam os formatos, temos que mostrar a diferença entre o tempo cronológico e o tempo psicológico do programa que vai ao ar. Lembrar que o ritmo da leitura, a alternância de vozes, o tamanho das sonoras, as vinhetas e demais recursos de mesa ajudam a prender a atenção do ouvinte, reduzindo o tempo psicológico. Para ilustrar, um dos melhores exemplos é a frase de Mário Kaplun, que condenava o uso inadequado do rádio na transmissão de conceitos das chamadas ciências exatas: “só existe uma coisa mais chata do que uma aula chata; é essa mesma aula transmitida pelo rádio”.

O conceito de identidade sonora abre espaço para o professor mostrar a importância de reunir elementos sonoros que facilitem o ouvinte a encontrar a emissora na selva do dial. A análise do padrão do público-alvo, a definição da seleção musical, a linguagem dos apresentadores e dos repórteres – se de alta estimulação ou *low profile* –, o estilo de narrativa, os recursos de mesa, que preenchem o silêncio criando uma câmara de eco (como na Rádio Globo/AM) são itens que, reunidos, formam um conjunto de elementos identificadores da emissora.

Ensinar a escrever um texto jornalístico para ser ouvido requer o domínio da oralidade também na sala de aula. O filólogo Evanildo Bechara, citando o linguísta italiano Lo Cascio, defende a primazia da competência verbal contesta a prioridade concedida pela escola ao “ensinar a ler e a escrever” como se fossem dois códigos distintos que não se relacionassem.

Seria necessário, acentua o linguísta italiano, que se propusesse inicialmente ensinar a ‘falar’, não só como instrumento de expressão, mas também como instrumento social de comunicação para todas as ocasiões. Nesse sentido, o ensino lingüístico na escola deverá partir da atividade oral, pois que





constitui a base para a aquisição ideal de quase todas as competências linguísticas. (...) Vale a pena lembrarmos que a função de um professor deve ser a de um estimulador, que não deve também perder de vista a sua missão programaticamente corretiva. (Bechara, págs 44-45)<sup>10</sup>

Ainda citando Lo Cascio, Bechara explica que essa busca da correção deve levar em conta a eficácia da estruturação da mensagem e não à mera perseguição ao erro da norma culta do Português. As observações de Lo Cascio e Bechara voltadas para a criança no ensino fundamental podem ser aplicadas ao ensino da redação jornalística para os meios audiovisuais. O equilíbrio entre o vocabulário da norma culta e as expressões de maior apelo popular garante a eficácia da mensagem noticiosa, desde que levado em conta o nível de informação/instrução do ouvinte.

Uma polêmica que tende a crescer cada vez mais é aquela que discute se o rádio-jornalismo deve priorizar o texto, lido pelo locutor/apresentador/comunicador ou pelo repórter, ou se apresentador e repórter devem transmitir as informações como se estivessem conversando com o ouvinte.

As duas alternativas convivem desde que Roquete Pinto abriu pela primeira vez um jornal diante do microfone e começou a comentar as principais notícias. O Repórter Esso teve influência vital na formatação do texto radiofônico, com uma linguagem direta e clara, que não dava margem a opiniões nem a improvisos. Ganhava-se em precisão e perdia-se em agilidade.

Durante o regime militar, o medo dos programas ao vivo praticamente sepultou o improviso no rádio-jornalismo – a exceção eram os debates esportivos. Exigia-se que as emissoras arquivassem os textos dos noticiosos por 90 dias, para o caso de o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) pretender investigar uma denúncia de uso indevido de palavras ofensivas. Daí o predomínio do noticioso com texto do redator, padronizado e quase sempre obediente às regras e determinações impostas pela censura.

Independentemente de críticas, o Repórter Esso fez escola na definição de uma linguagem do rádio-jornal que até hoje – 40 anos depois de sua última edição – ainda exerce influência no rádio brasileiro no que diz respeito à linguagem e ao ritmo de narração.

---

<sup>10</sup> BECHARA, Evanildo. Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?, Coleção Princípios, Rio de Janeiro, Ática, 1989



Com a redemocratização, a partir de meados dos anos 80, o radiojornalismo foi adquirindo mais liberdade de informação e de opinião, o que deu mais liberdade ao trabalho do repórter quando ele domina as técnicas que marcam a informalidade e o imprevisto sem tergiversar, nem perder o eixo da notícia ou da prestação de serviços.

A questão é que poucos são os repórteres que saem da universidade com pleno domínio da linguagem informal adotada no radiojornalismo, porque poucos são os professores de rádio que experimentam técnicas de memorização e imprevisto nas aulas de estúdios. Resultado: os repórteres que têm mais habilidade com este tipo de narrativa são os que vêm do setor de esportes, com todos os vícios e cacoetes deste segmento. Poucos são os cursos que estimulam o aluno a narrar um *flash* sem texto, com base somente em informações guardadas na memória ou em pequenas anotações quanto a números, nomes e datas.

O desafio concentra-se, portanto, em conciliar a transmissão das técnicas aplicadas atualmente no meio radiofônico, mostrando aos estudantes as circunstâncias em que elas devem ser usadas, suas vantagens e limitações, e simultaneamente, buscar junto com os alunos novas formas de narrativa sonora, a partir de experiências de projetos laboratoriais que explorem o universo de conhecimento, a realidade social e, sobretudo, seu potencial criativo e inovador desse estudante.

### **Referências bibliográficas**

ALVES, Walter Ouro. Rádio: la mayor pantalla del mundo, Colección Materiales de Trabajo, Quito, CIESPAL/ RNTC, 1982

BECHARA, Evanildo. Ensino da gramática. Opressão? Liberdade? Série Princípios, São Paulo, Ática, 1989

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

KAPLUN, Mário. Producción de programas de rádio – el guión, la realización, Quito, CIESPAL, 1978

MUNIZ SODRÉ, O social irradiado, série Estudos da Linguagem, São Paulo, Cortez, 1992

Portal UOL – <http://noticias.uol.com.Br/educação/ultnot/ult105u3394.jhtm>